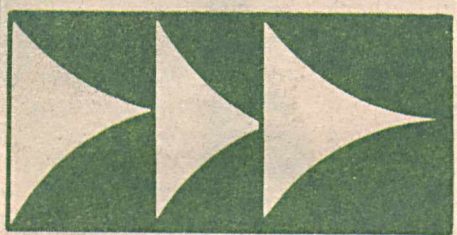


**BRASÍLIA
EM
DEBATE**



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO DE REFERÊNCIA

Jornal de Brasília

BRASÍLIA, 15 DE ABRIL DE 1993

Capital enfrenta o desafio da expansão

Ao final da quarta mesa-redonda do seminário Brasília em Debate, realizada ontem no **Jornal de Brasília**, os cinco convidados chegaram a uma conclusão comum: o desenvolvimento industrial da cidade tem que se processar respeitando a condição da capital como patrimônio cultural da humanidade. Promovido pelo próprio **Jornal de Brasília** em conjunto com a Rádio Nacional e TV Nacional, que transmitiram o debate, o seminário abordou o

tema "Brasília, patrimônio cultural da humanidade" e convidou para debater a assessora para assuntos Culturais da Unesco, Briane Bicca, os deputados federais Chico Vigilante e Augusto Carvalho, o empresário Luiz Estevão e o secretário da Indústria e Comércio Nuri Andraus. Os debatedores acreditam que o desenvolvimento do Plano Piloto não pode ser dissociado das cidades-satélites.

Alain Barki



O crescimento da cidade, a partir do Plano Piloto, deve obedecer as normas que elevaram Brasília a Patrimônio Cultural da Humanidade

Goiás prejudica
Brasília com os
seus impostos

Potencial de
cultura não é
bem aproveitado

Microempresa
terá crédito
com subsídio

ITEM 6

● ● Brasília se insere no centro geográfico e no centro econômico da região produtora de alimentos mais importante, em termos de desenvolvimento, no mundo de hoje, que é o cerrado brasileiro ● ●

Luís Estevão
Empresário



**BRASÍLIA
EM
DEBATE**



**Jornal
de Brasília**

Mercosul pode ter aqui sua futura capital

A capital do futuro mercado comum latino-americano tem um nome proposto: Brasília. A declaração é da assessora da Unesco, no Brasil, para assuntos de cultura, Briane Bicca, para quem a capital brasileira é o mais completo referencial para o centro econômico de um mercado comum aos níveis do Mercosul, estendido ao restante da América Latina. Briane afirmou, durante o debate sobre a condição de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade, realizado ontem no **Jornal de Brasília**, que a cidade deve se preparar para este futuro, projetando-se no modelo do Mercado Comum Europeu.

Para a assessora, Brasília dispõe de todos os requisitos para investir na condição de capital representativa do continente latino-americano. "Ela possui uma posição estratégica como única capital no interior do continente, é a sede do poder público do maior País da América Latina e desfruta do privilégio de seu valor simbólico: é moderna, concebida para ser uma capital e único bem contemporâneo inscrito no Patrimônio Cul-

tural da Humanidade", justificou.

Nova geração — "Brasília é uma cidade com envergadura, com imagem e respaldo físico, inclusive, suficiente para vir a se tornar uma capital do futuro mercado latino-americano, porque certamente o Mercosul haverá de se expandir para o restante da América Latina", revelou-se convicta. Para o empresário Luís Estevão, que participou do debate como um dos melhores e bem-sucedidos exemplos da mais nova geração de empresários de Brasília, não existe uma preocupação constante em se criar novos empresários no DF.

O governo tem que estar permanentemente atento a incentivar novas gerações da classe empresarial, defendeu. "As autoridades devem oferecer ao novo empresário condições de investimento e desburocratizar o setor; viabilizar linhas de crédito como o primeiro suporte para o desenvolvimento produtivo e resolver questões tributárias que tornam a produção de Brasília mais cara que a de outros Estados brasileiros", sugeriu Luís Estevão.



O deputado Chico Vigilante fala observado por Briane Bicca

Vocação para o turismo precisa ser incentivada

O desenvolvimento econômico sustentável de Brasília é o suporte para sua preservação como bem do Patrimônio Cultural da Humanidade — único construído neste século em todo o mundo —, na avaliação do deputado federal pelo PT do Distrito Federal, Chico Vigilante. A conservação deste título, conferido pela Unesco em 1987, segundo ele, passa pelo incentivo ao microempresário, "a maior instância geradora de empregos", o estímulo à vocação nata de Brasília, como cidade turística e de serviços, a garantia constitucional dos investimentos da União nas áreas essenciais da capital federal.

"Existe no Brasil ou na América Latina uma cidade mais bonita e mais moderna do que Brasília?" Ao fazer a indagação durante o Seminário **Brasília em Debate**, o deputado quis reforçar que o capital que circula na indústria turística e seria canalizado para a solução dos problemas internos da cidade, não chega a Brasília, simplesmente porque sua imagem de atração turística

não é vendida lá fora.

Ainda não se criou, em Brasília, oportunidade para que os turistas permaneçam na cidade por mais que 24 horas, ao contrário do que já se tornou uma preocupação mundial, criticou a assessora cultural da Unesco do Brasil, Briane Bicca. Ela enfatizou o potencial turístico de Brasília, um setor ainda inexplorado nos pacotes e roteiros de turismo. Briane destacou os acampamentos pioneiros e a memória operária ainda preservados na capital, as populações históricas, como Planaltina e Brazlândia, as mais de 20 fazendas tradicionais dentro do território do Distrito Federal — aspectos que foram fundamentais na aprovação de Brasília como bem do Patrimônio Mundial.

"Ninguém vai a Veneza sem presenciar a imagem folclórica de um sujeito soprando vidro, ou viajar para a Holanda sem conhecer as fazendas onde se fabricam queijos. No entanto, não se dá o menor valor aos monjolos tradicionais do nosso meio rural ou à produção artesanal riquíssima de Planaltina". Para Briane, o filão da indústria turística deve ser explorado a partir de uma estrutura já existente em Brasília — existe um setor de restaurantes e áreas para instalação de hotéis como em poucos centros urbanos do País.



**BRASÍLIA
EM
DEBATE**



Jornal de Brasília

Coordenação:
Edgar Lisboa

Edição: José Cruz, Carlos Honorato e Umberto de Campos
Repórteres: Cláudia Carneiro e Antônio Ximenes
Fotos: Glênio Dettmar e Alan Marques
Diagramação: Marcos Lisboa



Brasília é uma cidade com envergadura, com imagem e inclusive com um respaldo físico. Ela tem espaço suficiente para vir a se tornar a capital do futuro Mercado Comum latino-americano, o Mercosul

Briane Bicca
representante da UNESCO



BRASILIA
EM
DEBATE



Jornal
de Brasília

Progresso depende de incentivo

Benefícios tributários, crédito subsidiado e facilidade para instalação dos micro e pequenos empresários. Essas são as medidas apontadas pelo secretário da Indústria e Comércio, Nuri Andraus Gassani, para a retomada do desenvolvimento econômico do Distrito Federal. O secretário, que participou ontem da quarta mesa-redonda do Brasília em Debate, disse que a preservação de Brasília como patrimônio histórico da humanidade tem que estar associada à melhoria do nível de vida das cidades-satélites.

O secretário destaca que no próximo dia 22 o governador Roriz vai sancionar uma série de atos nesse sentido. Segundo ele, a sua secretaria será reestruturada para se adequar à aprovação de projetos para os micro e pequenos empresários. Nuri Andraus disse, ainda, que hoje há cerca de 2.000 projetos da área urbana para serem estudados e aprovados. Quanto à área rural, ele diz que existem cerca de 1.000 projetos com o mesmo propósito. Hoje há Cr\$ 950 bilhões disponíveis nos dois fundos, que vão desenvolver a política de incentivo a essas categorias: o Fundef do Banco de Brasília e o Fundo Constitucional do Centro-Oeste do Banco do Brasil.

O secretário sublinha que todo o investimento tem objetivo de criar empregos a curto prazo. "A nossa maior preocupação é com o índice de desemprego que atinge a capital da República", diz.

O deputado federal Augusto Carvalho (PPS) apóia a posição de Andraus e acrescenta que buscará junto aos deputados da bancada do Distrito Federal uma integração. Ele pretende que a política de incentivo aos empresários de pequeno porte seja mais implementada. "As alternativas para diminuir o desemprego serão sempre bem-vindas", enfatiza.

O empresário Luis Estevão salienta que quanto mais se incentivar a formação de novos empresários, independente do ramo a que façam parte, a economia local será mais oxigenada. Segundo ele, o sonho de todo empresário pequeno é de um dia ser grande. "Devemos incentivar a formação de uma nova geração de empresários", concluiu.



O deputado Augusto Carvalho reclama ao secretário Nuri Andraus dos problemas tributários de Brasília

Impostos de Goiás prejudicam DF

A Agroindústria do Distrito Federal não está se desenvolvendo em função da tributação da matéria-prima oriunda de outros estados. Essa é uma das principais constatações feitas pelo deputado federal Augusto Carvalho (PPS) e pelo empresário Luís Estevão, que ontem participaram do seminário Brasília em Debate, que discutiu o tema: Brasília Patrimônio da Humanidade, e aspectos relacionados ao desenvolvimento econômico na região.

O deputado Carvalho diz que é um absurdo que a capital da República, com uma população de mais de 1 milhão e 500 mil habitantes, não tenha um pólo industrial definido. Segundo ele, a maioria dos produtos industrializados, que hoje, são consumidos no DF, vem de Goiás ou São Paulo. Para ele, as contradições entre os interesses dos empresários de Goiás e de Brasília têm que ser resolvidas a curto prazo, para que a população possa se benefi-

ciar com preços de mercadorias mais baratos. E, dessa forma, o desenvolvimento industrial da capital, possibilite o emprego da mão-de-obra ociosa. Nesse sentido ele aponta a necessidade da construção de um Pólo Industrial, na saída Sul de Brasília.

O deputado acrescenta, ainda, que a industrialização tem que respeitar o princípio de preservação do meio ambiente. Segundo ele, isso é fundamental para manter o nível de vida. Carvalho destaca, também, que os tributos pagos pelas matérias-primas oriundas de outros estados, principalmente de Goiás, desestimulam os investimentos na agroindústria local. Se não for encontrada uma solução para a questão da tributação, em relação ao Imposto de Circulação de Mercadorias (ICMS), o desemprego deverá aumentar, por falta de indústrias", observa.

O empresário Luís Estevão também defende reformas profundas quanto à tributação. Segundo ele, a agroindústria vai ficar fadada ao segundo plano, se não for realizada uma reforma tributária a curto prazo". A matéria-prima ao vir de outros estados, quando passa pela fronteira do DF, é altamente tributada. Logo o empresário que queira montar uma indústria, se abastecendo de produtos primários de outros estados, não tem como competir no mercado", concluiu.



O debate começa com a apresentação dos problemas da capital

Brasília
15 de abril
de 1993

3



**BRASÍLIA
EM
DEBATE**



**Jornal
de Brasília**

Com a integração, com uma produção ajustada, eu acho que encontramos o caminho para a geração de empregos. Se cada empresa de fundo de quintal empregar uma pessoa, teremos 20.000 empregos

Nuri Andraus

Secretário de Desenvolvimento Econômico do DF



Os debatedores começam a discutir os problemas de Brasília, um patrimônio cultural da humanidade que tem de ser preservado

Desafio é crescer e preservar

O desenvolvimento industrial de Brasília tem que se processar respeitando a condição da Capital como Patrimônio Cultural da Humanidade. Esse foi o ponto de consenso entre os participantes da quarta mesa-redonda do Brasília em Debate, evento promovido pelo Jornal de Brasília, Rádio Nacional e TV Nacional. Na rodada de ontem participaram a assessora para assuntos Culturais da Unesco, Briane Bicca, os deputados federais Chico Vigilante (PT-DF) e Augusto Carvalho (PPS-DF); o empresário Luis Estevão e o secretário da Indústria e Comércio Nuri Andraus.

A assessora da Unesco defendeu que Brasília seja um referencial para a unidade do Mercado Comum Latino-Americano. Destacou, ainda, que se deve investir mais na Indústria Cultural e do Turismo. Briane Bicca salientou que o Plano Piloto não é a única área tombada no Distrito Federal. Segundo ela, há mais de 20 fazendas do início do século que fazem parte do projeto de tombamento.

O empresário Luis Estevão frisou de forma decisiva que o Governo do Distrito Federal (GDF) deve continuar no seu projeto de apoio aos micro e pequenos empresários. Segundo ele, é necessário formar novas lideranças empresariais para dinamizar o desenvolvimento

econômico de Brasília.

O secretário da Indústria e Comércio, Nuri Andraus, disse que o apoio aos micro e pequenos empresários vai possibilitar a absorção da mão-de-obra ociosa. Segundo ele, a agroindústria tem que ser incentivada para o desenvolvimento econômico da região. Diz, ainda, que os tributos cobrados dos empresários, pela matéria-prima oriunda de outros estados, são altos. "Eu defendo o imposto único", afirmou.

O deputado Chico Vigilante (PT-DF) enfatizou que o desenvolvimento do Plano Piloto não pode estar dissociado das cidades-satélites. Segundo ele, a qualidade de vida dos brasilienses tem que ser obtida através do equilíbrio entre todas as classes. Ele acrescenta que de nada adiantará preservar Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade se as populações do Entorno forem relegadas ao segundo plano. "Devemos defender Brasília como um todo, desde os repasses obrigatórios da União, para saúde e, como também, nos aspectos culturais", afirma.

O deputado Augusto Carvalho (PPS-DF) disse que o Distrito Federal precisa criar o seu pólo industrial. A preocupação do deputado consiste em oferecer trabalho para a massa de desempregados que vive nas cidades-satélites.

O D E B A T E

Estamos iniciando a quarta mesa-redonda do Brasília em Debate — Seminário que discute uma saída para a autonomia econômica do Distrito Federal.

O tema de hoje é "Brasília, patrimônio cultural da humanidade".

Os nossos convidados de hoje são a dr^a Briane Bicca, representante da UNESCO, o deputado federal Augusto Carvalho; o deputado federal Chico Vigilante — os dois parlamentares são do Distrito Federal; o secretário do Desenvolvimento Econômico do Governo do Distrito Federal, Nuri Andraus, e o empresário Luiz Estevão.

Brasília, patrimônio cultural da humanidade. Com esse honrado título a capital do Brasil passou a pertencer aos povos da terra, porém tem um detalhe: Brasília hoje enfrenta inúmeros problemas que se não forem corrigidos a tempo, o futuro da capital ficará irremediavelmente comprometido. E um desses problemas que se agrava a cada dia está relacionado com a fixação do homem no mercado de trabalho.

Aqui o número de desempregados ultrapassa a 200 mil. Como corrigir, então, essa distorção sem mutilar o traçado arquitetônico de Brasília? Como adequar Brasília com patrimônio cultural da humanidade, na criação de opções de trabalho aos milhares de desempregados?

Essa é a questão.

Dra. Briane Bicca: Brasília está sabendo tirar proveito desse impor-

tante título a exemplo de outras cidades que também têm esse mesmo título?

Bicca (Unesco) — Eu começaria por buscar explicar exatamente do que se trata uma cidade ser patrimônio da humanidade e daria para começar alguns outros dos exemplos de locais, de sítios que são patrimônios da humanidade. Na verdade são por volta de 400 sítios no mundo inteiro patrimônio da humanidade. Dentre eles as Pirâmides do Egito, o Taj-Mahal, na Índia, o Grand Kanion, nos EUA, e o Centro Histórico de Roma.

Essas cidades, ou esses locais, melhor dito, sabem perfeitamente tirar proveito do fato de serem patrimônio da humanidade. São locais que recebem fluxos turísticos em volume muito grande ao longo de todo o ano e tem uma indústria turística extremamente potente.

Acredito que, pelo fato de Brasília só ter 30 anos, e também de ter vindo a integrar a lista do patrimônio mundial há apenas 5 anos, não houve ainda o tempo suficiente e o amadurecimento no aproveitamento da questão dela ser patrimônio mundial, mas que como iniciativas como essas, certamente, haverá a possibilidade de aproveitamento desse título que Brasília goza, que aliás, dentre essas quatrocentas localidades, esses quatrocentos sítios, esses quatrocentos parques listados no patrimônio mundial, ela é a única considerada patrimônio moderno contemporâneo.



● ● Circundada por bolsões de miséria por todos os lados, cada vez vai ficar mais difícil para Brasília preservar o patrimônio da humanidade, tanto no ambiental, quanto nas linhas arquitetônicas ● ●

Augusto Carvalho
Deputado federal PPS-DF



BRASÍLIA
EM
DEBATE



Jornal
de Brasília

Os problemas estão nas satélites

Então isso faz com que também se ressalte o caráter de patrimônio mundial. Quer dizer, Brasília é o único local dentre esses quatrocentos sítios listados que tem uma vida, ainda, muito nova, muito jovem. Taj-Mahal, Grand Kanion, as Pirâmides do Egito; evidentemente não precisa nem falar na antiguidade delas.

Então, me parece que Brasília deve, primordialmente, se voltar para a divulgação desse título que ela tem e do fato dela ser a única moderna inscrita no patrimônio mundial.

Passo agora a pergunta ao Secretário Nuri Andraus, sobre o ponto de vista dele sobre o que Sra. Briane Bicca acabou de falar.

Nuri Andraus (Secretário do Desenvolvimento Econômico) — Em primeiro lugar, o nosso agradecimento e satisfação em participar de um debate dessa forma. Eu acho que a professora Briane Bicca foi muito feliz quando disse que debate desse tipo vão conseguir, vão ajudar a inserir Brasília nesse contexto cultural.

Eu tive o privilégio até de estudar numa cidade que também tem esse privilégio: Ouro Preto. E normalmente essas regiões, essas áreas que detêm esse privilégio, estão associadas a uma área mais antiga, a uma área histórica e Brasília não conseguiu, ainda, fazer essa marca histórica. A professora foi muito precisa nisso. Eu acho que ela tem razão.

Mas Brasília tem outros atrativos. Acho que o fato da capital da República, talvez não tenhamos explorado ele em todo o seu conjunto e no seu aspecto turístico, quase que um turismo político, mas o fato da capital deter um título desse nos deu obrigações extras com a nossa capital.

Acho que nós temos que tratar do seu desenvolvimento econômico e cultural, preservando a cidade, cultivando a cidade, e gostaria aqui de sinalizar o nosso ponto de vista. Nós quando falamos em cidade, cidade monumento, nós estamos nos referindo ao Plano Piloto, exclusivamente ao Plano Piloto.

As cidades-satélites são cidades difíceis, problemáticas, e onde estão os desempregados que estamos tentando equacionar uma solução para eles.

Então temos que deixar bem distinto o que é patrimônio cultural da humanidade e o que é problema. Na área de patrimônio não temos problemas, pois temos um nível de vida elevadíssimo, um nível cultural elevado e uma cidade muito bem organizada, que é o Plano Piloto. O nosso problema se situa exatamente nas cidades-satélites, no contorno do Distrito Federal, no interior do país. Então são quadros distintos de desenvolvimento. Um já está



Edgar Lisboa (d) recepcionou Nuri Andraus, Irineu Tamanini e o deputado Chico Vigilante

pronto, o outro tem que ser construído e atacado muito rapidamente.

Deputado Chico Vigilante, deputado do Partido dos Trabalhadores do Distrito Federal, parlamentar do DF que reside na periferia de Brasília justamente onde os postais não mostram que a massa de desempregados é muito grande.

A Solução para colocar Brasília no caminho da geração de empregos existe sem que para isso venha a alterar o seu plano urbanístico, deputado?

— Chico Vigilante (Deputado Federal do PT-DF)

Em primeiro lugar quero parabenizar a direção da Radiobrás, através da Rádio e TV Nacional, da sua pessoa, pela iniciativa, e também a direção do Jornal de Brasília, na pessoa do Edgar Lisboa, por essa iniciativa.

Eu quero começar, Walter, discordando um pouco do que foi dito aqui pelo secretário de Turismo.

Veja bem, eu tenho afirmado e quero reafirmar aqui nesse debate de hoje de que Brasília precisa exatamente tirar proveito dessa sua condição de patrimônio da humanidade para ajudar na solução dos problemas das cidades-satélites, porque você não tem como cercar Brasília, transformar Brasília numa redoma de vidro intocável onde a população das cidades-satélites não tenham que vir para o Plano Piloto. Não é verdade que os problemas aqui no Plano Piloto estão todos resolvidos. Nós temos aqui centenas de crianças, de mendigos, que vêm das cidades-satélites, que estão aqui jogadas nas nossas calçadas, jogadas nas portas

dos ministérios. Portanto, isso é problema. E o Distrito Federal tem que verificar isso como um todo.

Portanto, Brasília com essa sua condição de patrimônio cultural da humanidade, e que tem tirado muito pouco proveito disso — na verdade as autoridades ainda não disseram para a opinião pública, não foram capazes ainda de dizer para a sociedade a importância que esse título tem, e tirar proveito desse título para ajudar a solucionar os nossos problemas.

Na questão do emprego, tem se falado muito na industrialização do Distrito Federal. Eu penso que a implantação de indústrias não-poluíntes talvez seja uma saída. Mas a gente sabe que para você gerar emprego, se você fizer um investimento hoje, você vai levar no mínimo 10 anos para consolidar esse investimento para que esse emprego surja. E precisamos resolver os problemas hoje. Nós estamos aqui no Distrito Federal com cerca de 200.000 desempregados, tem mais a região do entorno que é uma região extremamente problemática, que serve para ajudar na falta dos equipamentos básicos, que acontece hoje no Plano Piloto. Basta verificar a demanda que existe de pessoas que vêm das outras cidades de Goiás e Minas para o Distrito Federal, até mesmo de outros estados do Nordeste, buscar o atendimento nos nossos equipamentos básicos, e Brasília não está sabendo dar resposta para tudo isso.

Nós precisamos dizer para a União, dizer até para as representações diplomáticas e dizer para o Poder Executivo, de que o Governo do Dis-

trito Federal monta uma estrutura muito cara para atender às exigências desses clientes, dessa clientela privilegiada, que de repente tem um bom atendimento, tem um excelente atendimento, usa os nossos equipamentos e que a nossa população menos favorecida não usufrui absolutamente de nada.

Portanto, é preciso encontrar o caminho para tirar proveito dessa condição de patrimônio cultural da humanidade.

Nisso daí eu penso, Walter, que teria de existir um incremento muito grande ao turismo. Por que as pessoas vão a Salvador, vêm aviões e mais aviões de turistas estrangeiros para Salvador, na Bahia, e não vêm para Brasília? Onde é que está a falha nisso daí? Será que não existe uma timidez, uma falta de iniciativa do próprio governo local, das autoridades responsáveis pelo turismo no Distrito Federal.

Existe no Brasil ou aqui na América Latina uma cidade mais bonita e mais moderna do que Brasília? Não existe. Essa é a verdade. Não existe algo mais moderno do que Brasília. Entretanto nós não estamos sabendo vender isso lá fora e atrair turistas que venham aqui deixar divisas para a gente resolver os problemas da nossa cidade.

Portanto, acho que tem esses problemas, precisam ser implementados, a sociedade como um todo tem que se mobilizar, mas o governo local tem que sair na frente, ele tem que apontar para que a gente possa dar apoio naquelas iniciativas tomadas pelo governo. E nesse caso programas como esse, debate como esse vão ajudar nessa tomada de posição com relação ao Distrito Federal.

Brasília
15 de abril
de 1993



**BRASÍLIA
EM
DEBATE**



**Jornal
de Brasília**

Quando Brasília foi inscrita como patrimônio cultural da humanidade houve uma menção especial aos demais bens que compõem o patrimônio de Brasília, que não deve ser considerada só o Plano Piloto

Briane Bicca
Representante da Unesco



Agroindústria é a alternativa

É fundamental dizer para a sociedade brasileira e para a sociedade brasiliense a importância que essa cidade tem e não pensar Brasília só como Plano Piloto, até porque o Plano não existe sem as cidades-satélites, como as cidades-satélites não existirão sem o Plano Piloto. Portanto, uma coisa está casada a outra. Temos que resolver o problema de um para a outra não se tornar problema.

Também participando conosco deste debate o empresário do Distrito Federal, Luiz Estevão.

Nós gostaríamos de saber do Dr. Luiz Estevão qual o papel do empresário no Distrito Federal. Como fazer com que haja criação, geração de empregos no Distrito Federal sem que isso altere o traçado de Brasília? Brasília que é patrimônio cultural da humanidade.

Luiz Estevão (Empresário) — Em primeiro lugar eu devo dizer que a premissa de não alterar o traçado de Brasília deve ser uma premissa a ser respeitada por todos os segmentos da sociedade. Quer dizer, em nenhum momento deve se pensar em resolver qualquer problema em Brasília adulterando o sentido da cidade. Isso é uma coisa que não deve passar pela cabeça de ninguém.

Qual o papel do empresário nesse processo todo? O papel do empresário hoje, não só em Brasília como no mundo, é um papel preponderante. Todos assistimos, nos últimos cinco anos, praticamente um final de uma dicotomia, de uma discussão entre que papel o Estado e o empresário devem fazer na construção da sociedade moderna.

Hoje, praticamente o Estado como gerador de emprego, o Estado como produtor de riquezas, o Estado como agente produtivo na sociedade, ele praticamente é uma filosofia descartada em qualquer país do mundo. Não há país hoje no universo que se dedique à idéia de substituir o empresário pelo governo na tarefa de geração de empregos. Portanto, não há possibilidade de geração de empregos sem que se valorize o papel do empresário em Brasília, no Brasil, na União Soviética, na Albânia, nos Estados Unidos, na França, ou em qualquer país do mundo.

Dito isso, nós precisamos examinar qual é a situação particular de Brasília, quer dizer, aceita essa verdade, precisamos examinar qual é a situação particular de Brasília. E nesse aspecto de geração de empregos o futuro de Brasília é um aspecto extremamente preocupante não é de hoje. Já vem de algum tempo e a situação infelizmente não melhora.

Por que não melhora? Porque vo-



Luiz Estevão defende a preservação do traçado original da cidade

cê só pode gerar empregos a partir de três atividades principais: atividade primária, principalmente com agricultura e mineração; na parte de mineração Brasília não tem vocação, e na parte de agricultura infelizmente o que se vê é que ao invés de haver um aumento da produção agrícola do Distrito Federal, o que está havendo é uma diminuição. Quer dizer, Brasília hoje produz menos alimentos e menos grãos do que já produziu no passado. E infelizmente grande parte das terras do Distrito Federal, que deveria se destinar à atividade produtiva, se destina hoje a áreas de lazer, são áreas do governo arrendadas a particulares, exploradas indevidamente por esses particulares, dando a elas um destino de área de lazer ao invés de gerar empregos e de se destinar à atividade produtiva da geração de alimentos e produção de bens, serviços, empregos e impostos.

Na área de indústria a situação, na minha opinião, parece ainda mais grave, porque o Distrito Federal poderia ter se beneficiado desse surto de desenvolvimento do cerrado. Todos sabemos que quando Brasília foi concebida não havia agricultura nessa região do Brasil, quer dizer, o cerrado era tido como uma região impossível de aproveitamento agrícola. Hoje, felizmente, graças ao esforço muito grande de pesquisa, essa verdade está desmentida, a verdade é outra. Brasília se insere justamente no centro geográfico e no centro econômico da região pro-

ductora de alimentos mais importantes em termos de desenvolvimento no mundo de hoje, que é o cerrado brasileiro.

Ora, o natural seria que a cidade se aproveitasse desse desenvolvimento da agricultura do entorno para gerar aqui uma fortíssima agroindústria, já que nós temos um mercado consumidor de alto poder aquisitivo e necessitando naturalmente desse tipo de produto.

Infelizmente isso é praticamente impossível, por uma particularidade muito simples: o sistema tributário brasileiro, dos Estados e da Federação, principalmente pelo que tange ao ICMS, ele faz com que qualquer Estado que pretenda ser produtor de alimentos agroindustrializados, ele não tem condições de competitividade se esse Estado não for produtor de matéria-prima. Por quê? Porque a matéria-prima, ao vir de outros estados e passar pela fronteira de Brasília com esses estados, é altamente tributada. Então, o empresário que pretenda montar uma indústria dentro do Distrito Federal, se abastecendo de matéria-prima em estados vizinhos, não tem qualquer condição de competição.

Infelizmente esse problema é um problema que a gente já vem alertando as autoridades para ele há muito tempo, e uma ação efetiva nesse sentido eu acho que ainda não se concretizou. Enquanto isso não acontecer a existência de uma agroindústria em Brasília é praticamente impossível, o que é uma

lástima, porque estamos jogando fora a melhor oportunidade de industrialização do Distrito Federal com uma indústria altamente empregadora de mão-de-obra com um consumo já existente na região e uma indústria absolutamente não-poluente.

Os outros setores com possibilidade de geração de empregos são comércio e serviços. Serviço é uma área em que a possibilidade futura é problemática. Onde eu vejo uma boa possibilidade de expansão é na área de comércio já que Brasília efetivamente tem um excelente mercado consumidor beneficiado também pela existência de cidades do entorno com um bom e razoável poder aquisitivo.

Então esse é o quadro que gostaria de ver debatido nessa mesa-redonda, parabenizando o Jornal de Brasília pela brilhante iniciativa de discutir aquele que na minha opinião é o problema mais importante do Distrito Federal.

Sabemos que o Dr. Nuri Andraus quer responder neste momento ao empresário Luiz Estevão. Mas antes gostaria que o Deputado Federal Augusto Carvalho (PPS-DF) desse a sua colocação sobre as revelações feitas aqui no Brasília em Debate.

— **Augusto Carvalho (Deputado Federal do PPS-DF)** — Eu acho que essa questão de Brasília, patrimônio da humanidade, ela se renova, é um título, é uma pompa que nos honra a todos — moramos aqui em Brasília —, mas que na verdade, como a própria Dra. Briane falou, nós não tivemos ainda a possibilidade de — o governo não teve ainda a competência o empenho — buscar e utilizar dessa condição que Brasília, entre poucos títulos que detêm esse privilégio, até hoje não usufruiu disso.

Eu acho que aí se insere um problema maior, Walter, que, por exemplo, o fluxo do turismo internacional, e mesmo aqui interno, para Brasília, eu acho que se insere nessa problemática hoje do país de uma recessão profunda, de uma crise profunda, de uma violência urbana terrível, que coloca essas grandes capitais brasileiras, essas grandes localidades brasileiras..., inclusive Brasília na lista negra, na lista proibida de turismo feito em alguns países.

Volta e meia a gente vê o Rio de Janeiro ou São Paulo ou alguma cidade litorânea sendo incluída como um dos pontos a não serem visitados em função da violência. Então eu acho que essa questão da marginalidade, do desemprego, a crise social que o Brasil atravessa, claro que atinge Brasília. Nós não vamos conseguir, vamos dizer, incrementar o turismo aqui no Distrito Federal, em Brasília particularmente, em razão de todo esse quadro que o Brasil está vivendo.



“Temos que ter a coragem, a capacidade de chegar para a União e os colegas de outros estados e mostrar que não estamos pedindo nada, que é uma obrigação repassar-nos os recursos, porque os serviços são permanentes”

Chico Vigilante
Deputado federal PT-DF



BRASILIA
EM
DEBATE



Jornal
de Brasília

Recessão prejudica o turismo

Por outro lado, temos esse agravante, aqui no caso de Brasília, que é o problema dessa criação de uma nova “Baixada Fluminense” no Distrito Federal. Essa região do entorno de Brasília, essa explosiva situação em que 200 mil trabalhadores estão desempregados, numa proporção que talvez seja recorde na população economicamente ativa se comparada com outras cidades do Brasil, coloca o Distrito Federal nessa situação de à beira de uma convulsão social.

Acho que para exatamente conter esse tipo de quadro que temos, de reverter essa situação, precisamos, e o governo precisa, sair da retórica do assentamento populacional para o assentamento de empresas. É hora, é chegado o momento de termos iniciativas concretas no sentido de se buscar dar ocupação para essas pessoas que querem trabalhar, mas que, impelidos pela situação social grave, sem emprego, e os assentamentos vão cada vez mais se multiplicando, e ao mesmo tempo não temos a contrapartida de oferecimento de postos de trabalho.

Acho que muito se falou de PROIN, muito se falou, agora, do PRODECON, muito se falou da convocação dos empresários — e volta e meia a imprensa registra esses encontros —, mas de concreto não temos tido nada no Governo do Distrito Federal que seja, efetivamente, condutor da capacidade, da criatividade do empresariado do Distrito Federal e também do país que possa aqui se instalar dentro de um plano de incentivo, de estímulo por parte do Estado e da União, que a União tem responsabilidade com a solução desses problemas, e também do próprio Governo do Distrito Federal.

Eu quero aproveitar esse ensejo, por exemplo, para discutir a questão que me parece extremamente grave. Há um projeto antigo sendo debatido há algum tempo, que é a criação da Área Alfa. Uma área que pela dimensão comportaria — e aí eu discordo do Chico, não pelo prazo daqui a 10 anos, a questão da solução da industrialização do Distrito Federal, mas se tivesse vontade política, se tivesse a busca do apoio, inclusive da União, porque eu acho que não podemos ficar também permanentemente dependentes da União, esperando sempre que nos ajudem com os repasses do Tesouro Nacional.

Essa contrapartida, ou seja, a busca de saídas pelo próprio Distrito Federal, no sentido de aumentar a sua base de arrecadação, é um dever do governo, é um dever da sociedade buscar alternativas, buscar como aumentar a arrecadação. E se não tiver um plano consistente de industrialização que le-



O Brasília em Debate reúne os interessados em resolver os problemas crônicos da capital

ve, por exemplo, a implementação dessa Área Alfa, onde comportaria inclusive a criação do famoso porto seco, que também até hoje é uma idéia apenas no papel, uma idéia que está circulando mas que não tem concretamente nada, eu queria aproveitar esse ensejo para colocar essa questão para o Dr. Andraus, que é o problema do RIMA. Tenho informação de que o relatório de impacto sobre o meio ambiente para a criação dessa Área Alfa, que seria essa área destinada a fixação, que pudesse talvez ser a redenção dessas populações que a cada vez vão se multiplicando nessa região do entorno, que não tem, em razão desse RIMA, sido aprovado o relatório de impacto sobre o meio ambiente, aprovou que ali tem possibilidade de ter a instalação dessas empresas, mas que esse RIMA teria sido encaminhado ao IBAMA, que por sua vez levou ao governo de Goiás para consultar se havia algum impacto sobre o meio ambiente de Goiás.

Então se isso for verdade, se é uma informação verdadeira, essa subordinação dos interesses do Distrito Federal à iniciativa do empresariado de Goiás ou dos interesses alheios à soberania política que deve exercer o Distrito Federal, me parece extremamente grave. Então eu até deixaria essa questão para o Dr. Nuri também responder, que eu acho que a criação desse pólo industrial efetivamente um projeto consistente de criação, de instalação, de estímulo a que o empresário não atravessasse a fronteira de Goiás e..., mas que ainda faz com que as ações do Governo do Distrito Federal se voltem muitas vezes para contem-

plar os interesses da classe empresarial de Goiás e do interesse do governo de Goiás, naquilo que tange principalmente à arrecadação de tributos, eu acho que é um desafio e é uma necessidade premente que o Governo do Distrito Federal tem de dar uma resposta imediata à opinião pública do Distrito Federal.

Rádio e TV Nacional, com o apoio do Governo do Distrito Federal, Câmara Legislativa e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Eu pediria aos debatedores para que a partir de agora não ultrapassem aos dois minutos para que nós possamos, então, agilizar os trabalhos.

Pelo que foi colocado pelos nossos debatedores, pelo menos na minha impressão, se os problemas de Brasília não forem cuidados de forma urgente, Brasília poderá falir.

É isso mesmo, Dr. Nuri Andraus?

Nuri Andraus — É. Não é de hoje que nós estamos falando nisso não. O Luiz foi colega nosso de muitos anos, e há mais de dez anos o empresariado de Brasília vem alertando que o fato confortável de ser uma Capital da República já tinha sido ultrapassado. Os fatos humanos ultrapassaram a figura da capital da República. Eu queria colocar algumas situações partindo até do que o Luiz colocou. A produção agrícola do Distrito Federal está caindo? Está. A área plantada no Brasil inteiro está caindo. Estamos assistindo um empobrecimento do campo brutal. Então esse empobrecimento do campo empobreceu o interior e forçou uma demanda assustadora para todas as ca-

pitais do País.

O interior do Estado de São Paulo perdeu 1 milhão de habitantes nos últimos dez anos. Não é o interior do Ceará, não. É o interior do Estado de São Paulo, o Estado mais rico do País, com uma agricultura próspera no seu interior. Perdeu 1 milhão de habitantes em dez anos.

Então, ou se muda o modelo de crédito rural, ou então as cidades grandes desse País vão implodir — não só Brasília, todas as capitais vão passar por isso, estão passando por esse processo.

Nisso Brasília propôs, sugeriu uma área, nós estamos trabalhando juntos com o Banco do Brasil nisso, o presidente do Banco do Brasil, Alcir Caliarri abriu as portas do banco para construir um novo modelo de crédito rural capaz de reverter esse quadro, onde o Brasil possa crescer na agricultura, que acho que é o grande campo de crescimento desse País.

O segundo é a disponibilidade de áreas no Distrito Federal.

Quando foi proposta a extinção da Fundação Zoobotânica, no mesmo ato o governador determinou a criação de uma comissão que fizesse revisão de todas as áreas arrendadas no Distrito Federal.

A comissão está terminando o trabalho esse mês. Então todos os arrendamentos estão sendo revistos, estão sendo identificados, aqueles improdutivos vão ser retomados. Isso era uma reivindicação antiga nossa, até de entidade de classe, e pela primeira vez isso vai ser colocado em prática. Aquelas áreas que estão para produzir e não entram em produção vão ser reabilitadas.



**BRASÍLIA
EM
DEBATE**



**Jornal
de Brasília**

● ● O Prodecon, na minha opinião, é um projeto velho e ruim, com um nome novo. Ele não resolve a grande questão do Distrito Federal. Ele ajuda, mas não resolve o essencial, que é a tributação ● ●

Luís Estevão
Empresário



Mezanino da Torre terá shopping

Estamos trabalhando em cima das áreas da Proflora. A Proflora está em extinção, tem 34.000 hectares de áreas, algumas degradadas, outras mal utilizadas. Essas áreas precisam entrar em utilização, mesmo que seja para a produção de lavoura de madeira. É rentável, é um negócio importante para a região e gera emprego. O que não pode é as áreas ficarem aguardando uma solução.

A agroindustrialização, quando o Luiz mencionou a desvantagem de ICM por diferença de alíquota, um instrumento que compõe, tentar equilibrar esse quadro é o PRODECON, é o empréstimo do ICM daquele novo empreendimento, é o único fato capaz de compensar essa desvantagem. O outro é uma reforma tributária que estamos torcendo para que os deputados federais subam na canoa do imposto único, passem a limpo essa questão tributária no País, porque como está, com 58 tributos, com diferença de alíquotas, com isenções, com privilégios para Estados e para empresas, é impossível, para o empresário, decidir onde faz investimentos.

Quanto ao Plano Piloto, tem uma figura própria de desenvolvimento. Primeiro que o Plano Piloto é o maior centro prestador de serviços desse País. O Governo Federal quando se instalou aqui foi para ser um centro prestador de serviços. Então essa eu acho que é a grande atividade do Plano Piloto. Outras atividades empresariais do Plano Piloto, fora o setor de comércio, que é um setor muito forte, temos atividades próprias aqui, limpo, no setor de hemologia.

Acabamos de acertar com o CE-BRAE, com o Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos, o Governo do Distrito Federal, um investimento no mezanino da Torre de TV. É um projeto de US\$ 15 milhões até o final do século. Vamos investir de imediato US\$ 1,2 milhão dessas entidades nesse setor para fazer naquele mezanino um museu, para fazer laboratório, um shopping de gemas, para realmente alavancar o setor de hemologia aqui dentro do Distrito Federal.

É um setor... é um trabalho doméstico, é um trabalho de alta rentabilidade, é um trabalho qualificado que pode ser feito aqui dentro.

Nós assinamos há menos de um mês um protocolo com o Ministério da Ciência e Tecnologia de um programa. Brasília é uma cidade pólo, é uma das 12 cidades brasileiras de pólo de desenvolvimento de informática. O Brasil se dispõe a ser um exportador de software. Então foi lançado um programa nacional chamado Softeck 2.000, e Brasília é uma das 12 cidades escolhidas para esse programa.

Brasília pretende, até o final do



Augusto ouve secretário de Desenvolvimento Econômico, Nuri Andraus

século, produzir US\$ 200 milhões por ano em software. É possível fazer isso em Brasília, no Plano Piloto? É. Nós temos uma base de informática notável, temos universidades, existe mão-de-obra qualificada para isso, e existe uma clientela para isso que é o próprio Governo Federal.

Eu vou emendar o item do Plano Piloto com um questionamento feito pelo deputado Augusto Carvalho, do porto seco. Quando surgiu a idéia do porto seco foi imaginando a idéia do serviço de comércio exterior que fez do Rio de Janeiro uma potência econômica. O Rio de Janeiro como base econômica própria é muito exíguo, é um Estado pequeno, não tem área, não tem nada. E virou uma potência no seu comércio exterior.

Acho que Brasília pode ser o porto seco do Centro-Oeste. Esse mês vai ser feita a primeira licitação para o alfandegamento da área. No mês passado embarcamos um grupo de empresários com diretoria da Vale do Rio Doce, da Rede Ferroviária Federal, dos Portos do Espírito Santo, numa primeira viagem daqui para o Espírito Santo. Esse ano vai sair de grãos e farelos aqui do Centro-Oeste 1,2 milhão de toneladas. Os senhores estão assistindo na televisão e nos jornais toda uma propaganda da Companhia Vale do Rio Doce de como o sistema está funcionando e vai funcionar. Nós precisamos agora fazer a contramão do sistema. Nós precisamos ensinar o Centro-Oeste a ser importador, a entrar no comércio exterior mesmo, e fa-

zendo dessa atividade do serviço de comércio exterior uma base econômica para o Plano Piloto. Eu acho que esse é um ponto fundamental de atividade para nós.

O cinturão de desemprego ao redor de Brasília não é desse instante. Esse cinturão vem se construindo ao longo dos anos e não só ao redor de Brasília. Ele se deu ao longo de todas as capitais desse País. E se deu pelo empobrecimento a que foi submetido o campo. Nos últimos 5 anos o campo brasileiro desapareceu.

Aquela cidade, aquele entusiasmo que existia no campo, no interior desse País, ele foi enfraquecendo por uma figura do crédito rural quando mexeram na estrutura... no Banco do Brasil, quase destruíram o Banco do Brasil e destruíram o crédito rural nesse País.

Diz o dr. Alcir Caliar que só machonha irrigada consegue pagar a TR no crédito rural. E isso é verdade. Então esse modelo montado foi desastroso e nós estamos trabalhando na reversão desse modelo. Eu acho que a reversão desse quadro parte do enriquecimento do interior.

Walter Lima — Eu volto a insistir com os debatedores para que não ultrapassem aos 2 minutos. A dra. Briane Bicca me parece que discorda do dr. Nuri Andraus.

Briane Bicca — Absolutamente. Eu gostaria de voltar ao tema de hoje, da questão do patrimônio da humanidade, dizendo de que quando Brasília foi inscrita na lista de bens de patrimônio da humanidade, na verdade o que foi inscrito foi o Plano Piloto, a área administrativa I, como se chama, não é? Mas na verdade o dossiê preparado pelo Ministério da Cultura na época, ele abrangia todo o conjunto de bens que faz parte do patrimônio do Distrito Federal. E quando Brasília foi inscrita houve uma menção especial aos demais bens que compõem o patrimônio de Brasília, que não é só o Plano Piloto. O Plano Piloto é o plano focal, é o ponto mais importante, é o eixo da questão, mas existem no território do Distrito Federal mais de 20 fazendas antigas, de pelo menos do início do século. Existem duas nucleações históricas, hoje parte de cidades-satélites, que são Planaltina e Brazlândia, existem os acampamentos pioneiros, vários resquícios ainda, vários conjuntos de acampamentos pioneiros, e existe um meio natural que foi extremamente privilegiado na época da inscrição no patrimônio mundial.

Essa questão do patrimônio natural eu reputo de uma importância primordial no Distrito Federal não só pela sua própria geografia, mas pelo fato de estar instalado num altiplano, onde há uma reserva aquífera muito pequena, um lençol freático extenso, mas a



● ● Ou se muda o modelo de crédito rural, ou então as grandes cidades deste País vão implodir — não só Brasília —, mas todas as capitais vão passar por isto ou estão passando ● ●

Nuri Andrauss
Secretário de Desenvolvimento Econômico DF



BRASÍLIA
EM
DEBATE



Jornal
de Brasília

O DF tem características únicas

água de superfície é extremamente escassa. Há um cerrado que é um elemento natural muito forte dentro da cidade, a cidade foi concebida de forma que a natureza entre, penetre, em todos os locais onde se vê o horizonte, o meio ambiente tem uma presença muito forte porque é uma cidade alargada, ela é ao contrário das demais cidades. As demais cidades têm um espaço público escasso e um espaço construído muito denso. Em Brasília é ao contrário, há poucas edificações e o espaço livre, o espaço natural é muito extenso. Essa é uma característica pela qual Brasília foi inscrita no patrimônio da humanidade.

Me parece também que esse é um aspecto em que Brasília tem a primazia. Qual é, dessas outras cidades que nós apontamos, ou locais, que têm toda a sua trajetória histórica ainda viva e reconhecível? Não só a construção do Plano Piloto, mas também todos os acampamentos que deram base a essa construção ainda estão aí.

O Arquivo Público de Brasília tem toda a documentação desde os primeiros documentos que falam da vinda da capital para o Centro-Oeste, para o centro do País.

Então isso é um fato absolutamente ímpar que, do meu ponto de vista deve ser também proveitoso para que a questão, não só do turismo interno brasileiro, como do turismo externo. Esses fatos todos não são, em geral, divulgados. Há, inclusive, um desconhecimento disso dentro do próprio Distrito Federal. Então no momento em que se vá tornar produtivas, novamente, as áreas rurais do Distrito Federal, você deve ter um extremo cuidado com as fazendas históricas, com as áreas históricas dentro das cidades-



Briane diz que todo o D.F. faz parte do Patrimônio Cultural da Humanidade

satélites também, porque se nós não valorizamos hoje, evidentemente que isso não passará às futuras gerações. Isso vai desaparecer com o tempo.

Os acampamentos pioneiros são resquícios extremamente importantes da construção da cidade que demonstram como era a vida naquele período, que é uma coisa que certamente no restante do mundo não existe. Não existe mais nenhum resquício de como é que a Pirâmide de Quéops foi construída, como é que o Fórum de Roma foi construído. Então nós temos essa riqueza aqui.

Walter Lima — O deputado Augusto de Carvalho quer falar justa-

mente em cima da resposta da senhora.

Briane Bicca — Eu só vou fazer duas menções aqui. Me parece, até porque o título de patrimônio da humanidade também requer esse tipo de tratamento que é primordial à questão da instalação de indústrias não-poluentes, as indústrias sem chaminés. Então a questão de termos instalada aqui em Brasília uma capacidade tecnológica extremamente avançada, de ponta mesmo, com a Embrapa, com o Cenargem, com a UnB, que é muito mais reconhecida fora do que aqui dentro, todas as invenções que têm sido feitas, todos os avanços tecnológicos que a UnB têm nos dados, elas são

muito mais conhecidas fora e muito mais valorizadas fora do que aqui dentro mesmo.

Então há uma capacidade instalada. Como o Secretário disse, há um setor de governo que é altamente carente desse tipo de inovação, principalmente na área tecnológica, na área de informática, e que pode ser aproveitado.

Augusto Carvalho — Vou aproveitar o ensejo da intervenção da dra. Briane — o Luiz Estevão tinha falado sobre a questão da necessidade de se preservar a linha arquitetônica, vamos dizer, esse traçado de Brasília que, na minha opinião tem que ser intocável também — e a dra. Briane falou desse outro patrimônio, que muitas vezes é desconhecido, que integrou toda a exposição de motivos para colocar Brasília como patrimônio da humanidade.

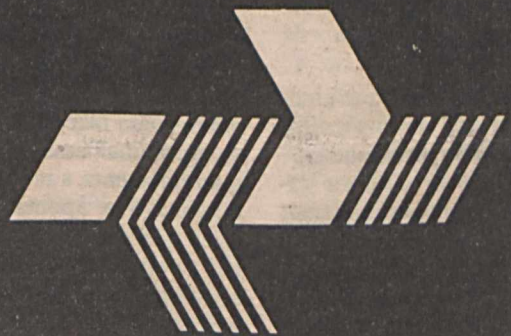
Eu quero aproveitar esse ensejo, dra. Briane — e tenho certeza que vou contar com o apoio dos colegas debatedores sobre essa questão grave que eu acho também e que se trata de preservação. O Decreto nº 14.662, de 2 de abril de 1993, assinado pelo governador Roriz, esse decreto corta 33% da estação ecológica de Águas Emendadas. Alegando um processo judicial que se arrasta há algum tempo, o governo reprivatiza essa área que é fundamental, essa área que todos sabem que tem a nascente de duas bacias, a Bacia do Prata e a Bacia Amazônica, as duas se interligam por água, é um fenômeno raro em toda a terra. E por esse decreto, ilegal, porque a Constituição determina que qualquer redução de área de preservação ambiental tem que passar por debates no Poder Legislativo.

Então aproveito esse ensejo, já

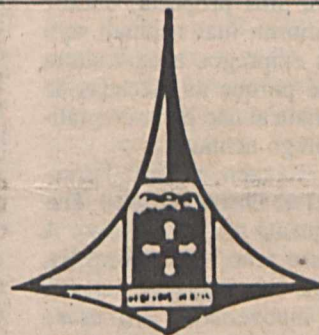
A P O I O

GDF

Governo
do
Distrito Federal



CORREIOS



Câmara
Legislativa do
Distrito Federal

Brasília
15 de abril
de 1993



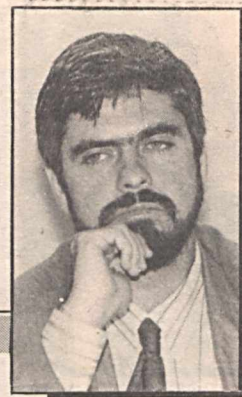
**BRASILIA
EM
DEBATE**



**Jornal
de Brasília**

● O fluxo de turistas para Brasília é pequeno porque se insere num problema maior, de profunda recessão, que coloca as grandes capitais brasileiras numa violência urbana terrível, numa lista negra ● ●

Augusto Carvalho
Deputado federal - PPS-DF



História pioneira ainda existe

que a dra. Briane falou da questão do patrimônio ambiental natural que nós temos em Brasília, e essa estação de águas emendadas é uma das que constou da relação do Banco Mundial de créditos de US\$ 2 milhões, que infelizmente o governo não foi atrás o ano passado para poder garantir o processo de desapropriação que está em curso, está sendo questionado na justiça, mas o governo opta pelo caminho mais fácil agora, que é abrir mão de uma área que já está cercada inclusive, que equivale a 32% dessa área total. E espero que a Unesco e todos os colegas aqui, inclusive o secretário, possam nos ajudar e exigir a revogação imediata dessa agressão a esse patrimônio do Distrito Federal.

Walter Lima — A resposta do secretário está assegurada, mas antes eu gostaria que o deputado Chico Vigilante fizesse alguma colocação do que foi dito até agora, principalmente na questão da qualificação da mão-de-obra do trabalhador. Ele está realmente preparado para acompanhar os avanços tecnológicos, deputado?

Chico Vigilante — Primeiro temos que verificar o seguinte: Brasília não é um problema dos brasilienses, em si. Brasília tem que ser tratada como um problema nacional. Por que que existe Brasília, por que que ela foi construída? É exatamente a concepção de que não daria para administrar o Brasil a partir do Rio de Janeiro, pelas pressões existentes naquele instante.

Pois bem, o nosso entorno e as nossas satélites geram, hoje, o mesmo nível de pressão que existia no Rio de Janeiro na época da transferência da Capital da República.

Portanto, ou a gente começa a pensar Brasília como um fator de integração nacional — como um fator importantíssimo para o País — ou nós vamos ficar aqui... porque, veja bem, o secretário tem uma proposta, o Luiz fala da agricultura, mas nenhum aqui sabe quantos empregos a agricultura vai gerar, até porque as fazendas de soja que existiam aí não geraram praticamente emprego nenhum. A

Aí você está com 200.000 desempregados aqui no Distrito federal. Duzentos e cinquenta mil no Entorno. A continuar desse jeito, não é Brasília, secretário, que fica ingovernável, é o País que fica ingovernável. E aí está a diferença. Nós temos que ter a coragem e a capacidade de mostrar a diferença que tem Brasília, por exemplo, em relação a São Paulo.

O Governo Federal precisa ou não de tranquilidade para administrar o País? Precisa. Pois bem, para que exista essa tranquilidade, é fundamental que a população aqui do Distrito Federal esteja atendida. Ou a gente



Obras no Plano Piloto não podem ferir a concepção original

passa a ver Brasília como um problema nacional — e aí eu discordo da afirmação de que a gente pede de pires na mão. Não! A gente tem é exigido muito pouco nossos direitos.

Nós temos que ter a coragem, a capacidade de chegar para a União e de chegar para os nossos colegas de outros Estados — inclusive do Rio Grande do Sul e de São Paulo, que são os mais ranzinzas com relação a Brasília, e mostrar que a gente não está pedindo nada, que é uma obrigação, é um dever do Governo Federal repassar esses recursos, porque os serviços são permanentes.

Os repasses são esporádicos. É de acordo com o bom-humor de quem está lá no Palácio do Planalto, de acordo com a pressão de quem está aqui em Brasília, do governador ou da bancada.

Nós temos que mostrar que esses repasses têm que ser permanentes, porque os serviços são permanentes.

Dentro disso nós precisamos garantir, agora na revisão constitucional, os repasses necessários para a manutenção da cidade, da educação, da saúde, do transporte, da segurança. Repassa esses recursos que têm que estar contidos na Constituição. Vai ser uma briga muito forte, que nós vamos ter que travar com os colegas de outros Estados, que não vêem Brasília desse jeito, ou que só conhecem o Plano Piloto. Os que acham que Brasília não tem problemas porque o Plano Piloto não tem. Geralmente chegam de

avião, descem no aeroporto, pegam um carro, vão para um hotel, depois para a Câmara e de lá vão embora de novo, não conhecem a Samambaia, não conhecem Ceilândia, não conhecem Santa Maria e outras. Então nós precisamos mostrar essa realidade para eles, garantir esses recursos.

A partir daí vamos pensar um projeto para Brasília. Um projeto nacional, que aí tem que incluir empresários, trabalhadores, governo, tem que estar todo mundo junto. Ou a sociedade brasileira terá a capacidade de gerar esse projeto para a cidade, ou Brasília vai ficar efetivamente ingovernável, vai explodir, e aí não é Brasília que vai explodir, é o Brasil que vai ter essa explosão, partindo aqui de Brasília.

Esta responsabilidade maior é nossa. E é nesse contexto que este seminário se põe, se coloca, para que a gente possa fazer essa discussão e possa apresentar esse projeto: O que nós queremos para a nossa cidade, porque o seminário aponta nesse rumo. Eu creio que existem documentos que vocês vão produzir. Eu vou deixar inclusive uma proposta escrita aqui — não vai dar tempo de falar tudo que nós produzimos através de um pedido que eu fiz à Assessoria Legislativa da Câmara. Nós pagamos o que tinha de melhor lá dentro da Câmara e eles ajudaram a gente nessa proposta que estará colocada. Mas pensando Brasília dentro do contexto nacional, da importância que ela tem para a sociedade e para

o povo brasileiro e para a tranquilidade e governabilidade do Brasil.

Walter Lima — Já que o deputado Chico Vigilante falou praticamente em torno da questão dos trabalhadores, perguntaria agora ao empresário Luiz Estêvão se ele concorda com as colocações do deputado federal Chico Vigilante.

Luiz Estêvão — A sua pergunta — que aliás o deputado não respondeu — ela seria de como se insere o trabalhador brasileiro nessa proposta de desenvolvimento, principalmente na área de tecnologia.

Eu diria o seguinte: não só o trabalhador brasileiro como o trabalhador brasileiro nunca foram problema para o desenvolvimento do País. É preciso que se diga que não há nenhum momento da história econômica do Brasil em que possa se responsabilizar o trabalhador rural ou o trabalhador urbano por prejudicar o desenvolvimento do Brasil.

O trabalhador está qualificado. É um trabalhador que já tem dado demonstrações de grande aptidão para o aprendizado, para se engajar em qualquer sofisticação tecnológica. O Brasil, hoje, é um país que produz, com operários nacionais, com operários brasileiros treinados no próprio País, produtos de qualidade, sofisticados e de tecnologia avançada, que o colocam como um dos maiores exportadores de produtos industrializados no mundo.

Portanto, o trabalhador brasiliense



● ● Brasília precisa tirar proveito da condição de patrimônio da humanidade para ajudar a solucionar os problemas das satélites. Você não tem como cercar Brasília, com uma redoma intocável ● ●

Chico Vigilante
Deputado federal - PT-DF



**BRASILIA
EM
DEBATE**



**Jornal
de Brasília**

Nosso trabalhador é qualificado

se está plenamente qualificado, está até com sobras de qualificação para atender a essa chamada de desenvolvimento do Brasil e do Distrito Federal.

Eu vou discordar de uma colocação do nobre deputado, quando ele diz que desconhece a capacidade, por exemplo, da agricultura, e particularmente do plantio de soja como geradora de emprego. É evidente que qualquer pessoa que conheça a agricultura, qualquer pessoa que se dê ao trabalho de visitar uma fazenda de soja, milho, trigo, feijão, arroz, perceberá a grande quantidade de pessoas empregadas na agricultura.

O setor primário que é menos empregador de mão-de-obra é a pecuária. A agricultura, pelo contrário, é reconhecida no mundo inteiro, e seria aqui uma grande descoberta se nós conseguíssemos descobrir em Brasília, que a agricultura não é empregadora de mão-de-obra. Eu acho que nós vamos conseguir fazer essa descoberta a partir desse fórum, o que seria uma grande novidade no mundo inteiro. O mundo inteiro discorda disso.

Queria colocar também o seguinte: uma preocupação em relação ao empenho do Secretário em promover através do Prodecon o desenvolvimento do Distrito Federal.

O Prodecon, na minha opinião, é um projeto velho e ruim, com um nome novo. Ele não resolve a grande questão do Distrito Federal. Ele ajuda mas não resolve o essencial. Não adianta dar prazo para o recolhimento do ICM, quando a matéria-prima já entra no Distrito Federal excessivamente tributada, notadamente pelo Estado de Goiás, que pega o produto primário, coloca sobre ele uma pauta artificial, recolhe para aquele estado produtor praticamente o ICM do produto primário e o presumido ICM que seria advindo da industrialização dele, e inviabiliza a industrialização desse produto no Distrito Federal.

Portanto, eu acho que para resolver realmente o problema tem que se adicionar ao Prodecon um acordo de substituição tributária com Goiás, principalmente Goiás, e alguma coisa de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Mas Goiás é responsável por 90% dos problemas de tributação sobre a matéria-prima destinada à industrialização no Distrito Federal. Sem isso o Prodecon continuará sendo um projeto incompleto, ruim, apenas com um nome novo e bonito.

Walter Lima — O nosso tempo está se esgotando. Eu, mais uma vez, insisto para que os nossos debatedores não ultrapassem os dois minutos.

O secretário Nuri Andraus tem uma resposta assegurada.



Luis Estêvão e Chico Vigilante mantiveram um bom nível de debate

Nuri Andraus — Eu falei muito em agricultura e não falei qual é o nosso projeto de geração de emprego.

O nosso projeto de geração de empregos parte da base da pequena atividade, da empresa de fundo de quintal, da empresa familiar. Ela responde, por 95% dos empregos no mundo inteiro. Então se nós formos gerar emprego a partir de grandes investimentos em Brasília, provavelmente vamos mutilar Brasília.

Qual foi o primeiro equívoco de Brasília? Nós pegamos as regras do Plano Piloto e colocamos nas cidades-satélites. Então nós temos que desmanchar essas regras. A primeira delas é uma lei que foi aprovada no final do ano, chamada flexibilização do uso do solo.

Isso significa que as pessoas podem trabalhar na sua casa. Só isso. Então o investimento é pequeno, a mulher é secretária, o filho é ajudante, e começa ali dentro um núcleo produtivo, com um pequeno investimento, o menor que tem.

O segundo era de ter uma legislação de microempresa, não que a tornasse imune, mas que a tornasse capaz de responder por algum tipo de contribuição tributária. Essa lei já foi aprovada e vai ser sancionada agora, dia 22 de abril.

O outro é o próprio Prodecon, onde nós estamos fazendo permanentemente esses ajustes que o Luiz mencionou. Só que tem coisas em que você depende do vizinho. Se o vizinho não concordar com você, não tem como

fazer. Vai ter que ter paciência e tentar desenvolver sem a ajuda do seu vizinho.

O terceiro, são recursos financeiros. O FUNDEF era um programa que estava montado, funcionou em alguns períodos, em outros períodos não, e o FCO estava funcionando em condições adversas da economia local.

Como é que nós podemos pegar um recurso com TR cheia, 100% de correção, e entregar para um microempresário? É falir o microempresário. E depois de muita discussão no Banco do Brasil, no Ministério da Integração Regional, definiu-se uma nova estrutura de financiamento dentro do Fundo do Centro-Oeste e dentro do FUNDEF para o pequeno produtor.

Hoje nós temos praticamente Cr\$ 1 trilhão com recursos subsidiados para pequeno e médio empresário investir no seu desenvolvimento.

Eu tenho feito reuniões em todas as cidades-satélites. Faltam três para fazer. Estou fazendo na área rural. Nós temos 2.000 projetos de pequenas empresas alinhavados lá na Secretaria, o SEBRAE está tendo que contratar serviços de terceiros, fora, porque ele não vai dar conta de fazer, e a área rural tem mais de 1.000 projetos em organização.

Com integração, com produção ajustada, eu acho que este é o caminho da geração de empregos. Nós temos, de empresas em fundo de quintal, praticamente 20.000 empresas. Se nós conseguirmos agregar um emprego em cada uma dessas, são 20.000. Eu acho

que é um bom começo.

Eu queria só comentar Águas Emendadas. Tem coisas que às vezes não dependem da vontade do governo, dependem de uma decisão de juiz. Se o juiz decide e coloca um preço inacessível para o governo, nós temos que parar e rever essa situação. Às vezes até um decreto ajuda a repor o valor daquela terra que estava sendo desapropriada, em termos de mercado, e não em termos que um juiz achou que podia ser aquele valor.

O outro é uma máxima, deputado Chico Vigilante, antiga, que roda no meio rural. "Quando a safra é boa o comércio limpa as prateleiras e a indústria funciona dia e noite". Esse é um ciclo da agricultura, ela é o ponto de partida para tudo. Se nós tivermos boa safra no interior, o comércio vai vender e a indústria daqui e de São Paulo vai poder produzir para nos abastecer.

Walter Lima — O deputado Chico Vigilante foi citado pelo empresário Luiz Estêvão e quer responder neste momento.

Chico Vigilante — Primeiro eu quero dizer que eu estou plenamente de acordo com o Secretário, no que tange ao incentivo à pequena, micro e média empresas. Eu estive visitando algumas cidades-satélites e vi que o caminho é esse: está realmente gerando empregos.

Eu não acredito... são dados dos grandes empresários do Distrito Federal, até porque eles pegam o dinheiro do BRB, e já houve, compram indústrias, até já montaram indústria de soja, depois fecham e demitem as pessoas. Eu acho que o caminho não é investir nos grandes, o caminho é investir no pequeno, nos que estão com uma vontade danada de construir alguma coisa.

Eu vi outro dia, Walter, lá no Jardim Roriz, em Planaltina, uma coisa que emociona a gente. Mulheres fazendo cerâmica, fazendo roupas íntimas para serem vendidas, pedindo para o secretário do Trabalho, Riella, comparecer lá, e ele vai lá conversar com elas. Portanto, uma coisa bonita e uma coisa boa que estão fazendo e que vai gerar emprego. Esse é um dos caminhos aqui para o Distrito Federal. Acho que por aí nós vamos avançar. Nos grandes investimentos não, porque já ficou demonstrado que eles não são capazes de manter as pessoas no emprego.

Walter Lima — Antes da Drª Bria Bicca, o dr. Luiz Estêvão.

Luiz Estêvão — Eu gostaria de lembrar ao ilustre deputado que o desejo de todo pequeno empresário é um

Brasília
15 de abril
de 1993

Os acampamentos pioneiros são resquícios extremamente importantes da construção da cidade, que demonstram como era a vida naquele período, coisa que certamente no restante do mundo não existe

Briane Bicca
Representante da UNESCO



**BRASILIA
EM
DEBATE**



**Jornal
de Brasília**

Deputado aposta nos pequenos

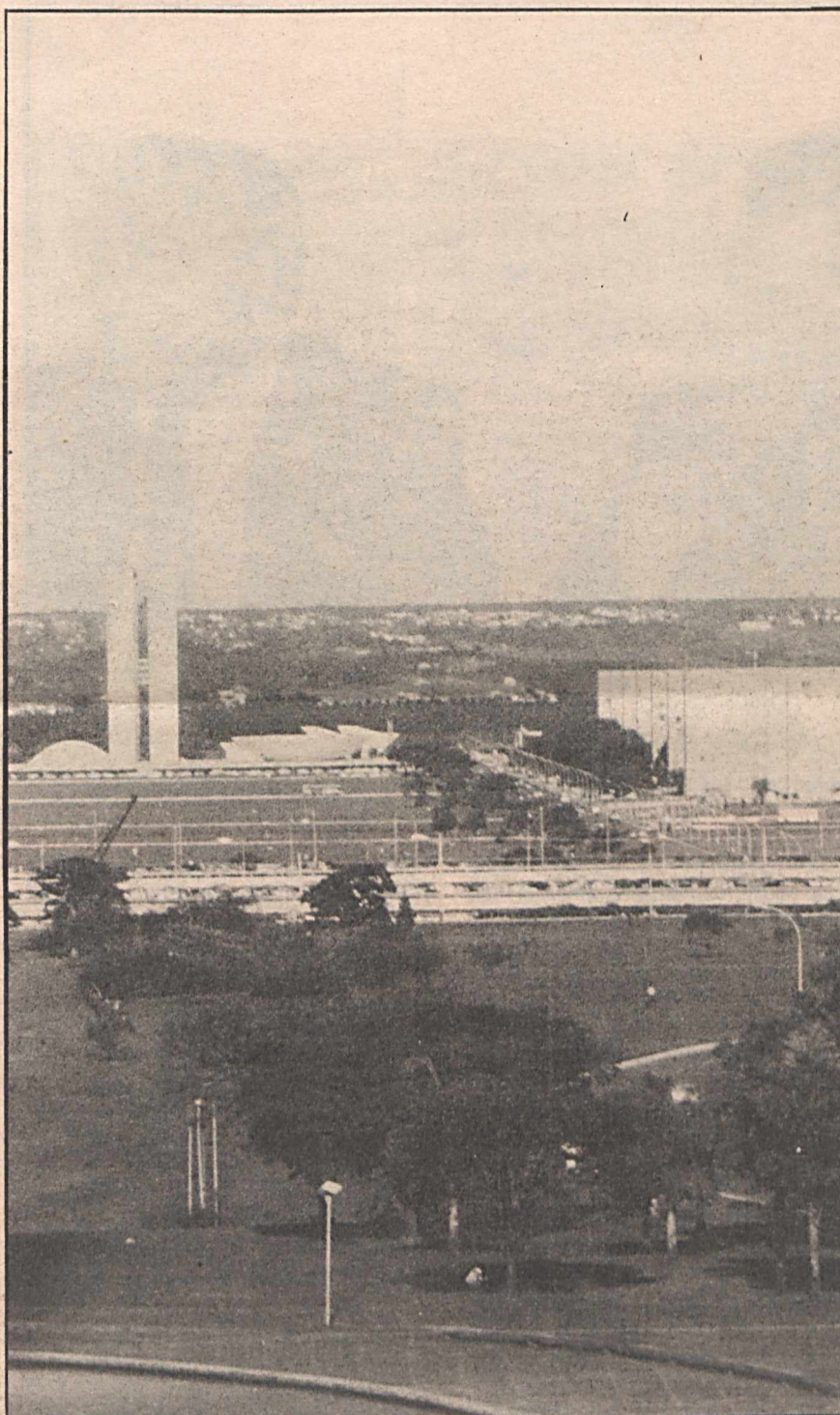
dia ser grande, até porque ninguém é pequeno porque quer. É pequeno porque se começa pequeno. O desejo e a ambição legítima, e que nós devemos estimular, é que todo mundo que começa pequeno um dia chegue a ser grande.

Por outro lado, eu acredito que o grande empresário, pelo fato dele já ter sua tecnologia criada, por ele já ter uma experiência, por ele já ter realmente um espaço no mercado, ele não precisa de favores, não precisa de subsídios. O que ele precisa é de espaço para trabalhar. E felizmente eu vejo com entusiasmo a idéia de que se favoreça o aparecimento de novos empresários. Brasília é uma cidade que precisa reciclar seus empresários. Eu vejo com muito pesar que praticamente não aparece uma nova geração de empresários brasileiros há quase 20 anos. Quer dizer, a última geração de empresários brasileiros que apareceu é a minha, e eu já tenho 43 anos de idade. Eu lamento que Brasília não tenha dado espaço ao aparecimento de uma nova geração. Espero que essa geração apareça, cresça, se torne grande, se consolide para que possa contribuir para resolver o problema que nós estamos discutindo aqui, que ele só se resolve com empresários, médios, pequenos e grandes.

Walter Lima — O nosso tempo está praticamente esgotado, mas eu gostaria de saber da dr^a Briana Bicca se Brasília, caso não consiga superar esses problemas e acabe mexendo na sua linha arquitetônica, se pode perder o título de patrimônio histórico da humanidade.

Briana Bicca — Antes de responder à sua questão, eu vou aproveitar essa minha intervenção final para dizer que desde o pequeno, microempresário até questões bem maiores, são possíveis de ser colocadas em Brasília. Por exemplo, eu especulo, e eu acho que eu não estou sozinha nisso, de que Brasília, tal como o Mercado Comum Europeu, será o centro do mercado comum latino-americano. E a impressão que eu tenho, é a clara impressão de que ela deve se preparar para isso. Brasília é uma cidade com envergadura, com imagem, com um respaldo físico, inclusive. Ela tem espaço suficiente para vir a se tornar uma capital do futuro mercado latino-americano, porque o Mercosul certamente haverá de se expandir para o restante da América-Latina.

E eu me pergunto: Qual é a outra capital que é representativa do continente latino-americano? Evidentemen-



Uma cidade que se prepara para ser capital do Mercosul

te que é Brasília. E está aí o lago. É absolutamente inaproveitado até agora. O lago está à espera de um aproveitamento e eu tenho a impressão que Brasília deve se preparar, não só para a questão da microempresa, que é da mais alta necessidade, mas também para a possibilidade de abarcar esse novo papel que certamente, não sei se em mais de 10 anos, ela virá ocupar na esfera da América do Sul.

Walter Lima — Poderia perder o título?

Briana Bicca — Não houve casos de perda de título. Aliás eu conheço um de uma desertificação de uma área,

na União Soviética. Evidentemente que o título de patrimônio da humanidade é uma honra, daria para fazer uma comparação com um Prêmio Nobel. Há tipos de controle, a Unesco tem exercido tipos de controle em outras cidades patrimônio da humanidade, também em cidades patrimônio da humanidade no Brasil, mas me parece que Brasília não corre o menor risco, a não ser que realmente ela se encaminhe por essa trilha que eu acho que nenhum de nós tem interesse em trilhar.

Walter Lima — deputado Augusto Carvalho.

Augusto Carvalho — Só para

concluir. Circundado por bolsões de miséria por todos os lados, cada vez se tornará mais difícil preservar o patrimônio da humanidade que é Brasília, tanto na questão ambiental, quanto na questão da própria, vamos dizer, das linhas arquitetônicas e tudo o mais.

Eu queria, só para encerrar, Walter dizer que acho que essa contradição entre os interesses de Goiás e do Distrito Federal, que foram reforçados pelo empresário Luiz Estevão, essa contradição tem que ser resolvida. Não pode o Distrito Federal ficar a mercê dos interesses do empresariado e do governo de Goiás. Isso tem colocado Brasília subalterna, principalmente na implementação do seu projeto de auto-sustentação. E nessa linha de auto-sustentação, eu acho que, insisto com o governo, deve ser feita essa definição da Área Alfa, área destinada à industrialização, onde ali possam ser instaladas indústrias como por exemplo, de macarrão. É absurdo que Brasília, com uma população como essa que nós temos, não tenha uma indústria de macarrão. Vamos importar de Goiás. Não é possível que tenhamos uma rede de montagem de equipamentos de irrigação, de pivô central. Que tragam esse material de São Paulo ou de onde for e se monte aqui em Brasília.

Então acho que existem alternativas. Basta o governo ter a vontade política de querer fazer isso, e o empresariado, a sociedade como um todo, se mobilizará e terá criatividade para poder gerar emprego para que possam, essas populações de Samambaia, esses assentamentos que a cada dia vão se multiplicando, possam ter condições de viver debaixo de um teto, mas com a dignidade do trabalho.

Walter Lima — Brasília em Debate, uma promoção do Jornal de Brasília, Rádio e TV Nacional, com o apoio do Governo do Distrito Federal, Câmara Legislativa e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Na próxima quarta-feira, estaremos aqui discutindo Brasília — Ano 2.000, com os debatedores Alcir Calliari, o presidente do Banco do Brasil; Cristóvão Buarque, reitor da UnB; José Roberto Arruda, secretário de Obras e Osório Adriano, deputado federal.

Os nossos agradecimentos aos debatedores aqui presentes que participaram desta mesa-redonda, aqui nas dependências do Jornal de Brasília.

Muito obrigado a todos.